

## APRESENTAÇÃO

Sete artigos compõem esta edição de Política & Sociedade. São três estudos teóricos baseados em comparações entre dois autores, dois estudos de caso e duas abordagens aprofundadas de conceitos-chave.

Em “O espaço público e a política moderna: uma análise das perspectivas de Carl Schmitt e Hannah Arendt”, Mariah Lança de Queiroz Casséte compara o modo como esses autores fundamentais da teoria política desenvolveram suas concepções sobre a política fundada na ideia da publicidade, em contraposição ao predomínio da lógica privada e individualista dos sistemas liberais modernos. Schmitt e Arendt entendem o político como a linguagem de interação das pessoas que vivem conjuntamente e, por essa razão, ambos reconhecem a centralidade da vida pública e das ações que são desenvolvidas em seu interior. Na obra de Schmitt, contudo, o foco da vida pública é a unidade e a identidade coletiva; para Arendt, o sentido desse espaço é a pluralidade e a prática dialógica. “Se para Schmitt a valorização pública estrutura-se na ideia da unidade e na conformação de uma identidade coletiva concreta, para Arendt a constituição e possibilidade de um espaço público fortalecido funda-se na pluralidade e na diversidade de opiniões, perspectivas e pontos de vistas – apenas através da diferença é que se torna possível estabelecermos um mundo comum”, destaca. A autora sugere “incluirmos nas reflexões sobre a democracia uma atenção mais contundente à questão da publicidade em contraposição ao predomínio do privado na lógica de nossos sistemas liberais representativos”.

Outro estudo comparativo destaca as diferenças no conceito de capital social em Putnam e em Bourdieu, para verificar sua pertinência nas análises do desenvolvimento. Em “Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu”, Antonio César Ortega e Vitor Alberto Matos defendem que “os processos de desenvolvimento, na perspectiva territorial, devem envolver pactos sociais que reconheçam as junções, ligações e confluências sem excluir os conflitos de interesse envolvidos, originários de lutas por manter ou ampliar posições ocupadas na estrutura de distribuição de posições de um

campo social específico, porém buscando construir condições propícias para a sua concertação”. Os autores observam semelhanças entre Putnam e Bourdieu “no tratamento teórico-interpretativo do capital social, principalmente naquilo que se refere ao significado do conceito”. Mas há profundas divergências, especialmente com relação aos aspectos simbólicos. “Bourdieu apresenta interpretações de maior profundidade, dando destaque tanto ao lado da crença como ao do poder que ela permite exercer”, avaliam Ortega e Matos. Os autores observam que “a análise que inter-relaciona os agentes e suas lutas por ascenderem na estrutura social mostra-se mais de acordo com a realidade enfrentada tanto por trabalhadores, quanto por micro e pequenos empresários urbanos e rurais, principalmente aqueles de regiões para as quais as teorias de desenvolvimento centradas na perspectiva territorial e envolvendo pactos sociais construídos ‘desde baixo’ (...) são as mais adequadas para utilização”. Por isso, sustentam, “a análise de Bourdieu, seja por reconhecer e tratar o conflito de interesses, ou por também servir como elemento explicativo e justificador de comportamentos simbólicos, também carregados de profunda correlação cultural e econômica, deveria merecer maior esforço de análise interdisciplinar, de modo a proporcionar interpretações mais consistentes e propiciadoras de diálogos que envolvam pensamentos e escolas diversas, mas com profunda visão de interconexão”.

No terceiro dos estudos comparativos desta edição, José Henrique Artigas de Godoy analisa o modo como o Nordeste foi conceituado e interpretado na obra de dois grandes intérpretes do Brasil, Gilberto Freyre e Celso Furtado. “Dois nordestinos que representavam cada qual um Nordeste diferente. Freyre olhava para o Nordeste das árvores gordas, das elites nobres dos antepassados, Furtado se preocupava com o sertão de onde proveio, do gado, dos mandacarus, das secas, dos trabalhadores sem-terra lutando contra o meio ambiente e a opressão das oligarquias rurais”, compara o autor. Artigas de Godoy encontrou mais confluências entre os autores nos diagnósticos dos problemas sociais, políticos e econômicos do Nordeste, e mais divergências quanto às prescrições para o desenvolvimento da região. “Se os autores propõem uma via particular de modernização, a de Freyre é voltada para os tempos senhoriais dos ioiôs e das iaiás. Furtado, por sua vez, jamais nutriu qualquer valor afeito ao mundo aristocrático e senhorial – ao contrário, queria acabar com seus resquícios no Nordeste. Do ponto de vista prescritivo, Furtado tinha um

olhar voltado para o futuro, para o desenvolvimento capitalista, que seria antagônico às estruturas sociais, políticas e econômicas do passado nordestino”, observa Artigas de Godoy em “Os Nordestes de Freyre e Furtado”.

O desenvolvimento local é tema de um dos estudos de caso publicados nesta edição. Em “Agentes produtivos e desenvolvimento: polo naval e capacidade de inovação no Rio Grande do Sul”, Sandro Ruduit Garcia analisa o impacto de incentivos governamentais e de mercado à constituição de um polo de construção naval na cidade de Rio Grande, na segunda metade dos anos 2000. O autor pergunta: “Como agentes sociais imersos em relações localmente situadas reagiriam às recentes mudanças nas regras de desenvolvimento econômico?”. As respostas dos agentes produtivos são medidas por três indicadores de expansão da capacidade de inovação: a aglomeração de empresas, a qualificação dos recursos humanos e as interações universidade-empresa. Com base em entrevistas com gestores de estaleiros, do porto e de universidades, realizadas no primeiro semestre de 2011, em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, assim como em material de fontes secundárias (documentos e bases estatísticas), o autor observa “tendências em torno da ideia de criação de conhecimentos especializados e de inovação nessa indústria: novas empresas são constituídas, recursos humanos mais qualificados são utilizados e universidades são envolvidas nessa nova dinâmica produtiva”. Para Garcia, “os agentes produtivos parecem empenhar-se em tecer redes de colaboração e interação, com vistas a acessar recursos relevantes (financiamento, informação, conhecimento específico, mercados), no contexto de incentivos governamentais e de demandas de mercado, para a criação de conhecimento especializado e de inovação. Parece, portanto, haver um esforço ativo dos agentes produtivos em criar novos conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento dessa indústria no país. Isso é bastante diferente do antigo modelo de desenvolvimento amparado na importação de pacotes tecnológicos, no uso de mão-de-obra não qualificada e no incentivo à grande empresa isolada”.

O outro estudo de caso é de natureza política. Augusto Neftali Corte de Oliveira analisa a atuação do Partido Socialista nos 20 anos em que a coalizão de centro-esquerda denominada *Concertación de Partidos por la Democracia* venceu sucessivas eleições presidenciais no Chile. Na interpretação dessa trajetória, o autor observa que as concessões do Partido Socialista, em termos organizacionais e programáticos, ligadas ao sistema político chileno e ao

objetivo de manutenção da *Concertación*, produziu cisões na agremiação e favoreceu a derrota da candidatura presidencial defendida pela sigla em 2009/2010. “Os compromissos exigidos para a manutenção da coalizão e para a participação no governo cobraram um alto preço dos socialistas. Participar da *Concertación* exigiu que fossem suplantados os mecanismos de adaptação de trajetória e inovação endógena, muito valiosos para o partido ao longo de sua história”, observa Corte de Oliveira em “O Partido Socialista Chileno nos 20 Anos de *Concertación*: mudança organizacional, concessões programáticas e crise endógena”.

Os conceitos de “desfiliação social” e “representação política” estão no cerne dos dois últimos artigos desta edição. No primeiro deles, Alair Suzeti da Silveira reflete sobre o conceito de desfiliação social, que Robert Castel adotou para designar “homens e mulheres ‘esquecidos’ à margem da sociedade, como desvalidos sociais sem lugar e sem garantias cidadãs frente a um Estado cada vez mais hermético às suas responsabilidades sociais”, como sintetiza a autora. “Caracterizados como supranumerários, inúteis, excluídos, desfiliaados, vulneráveis, desvalidos sociais, inadaptáveis, residuais, banidos, rejeitados do crescimento, precários, ‘gangrena do pauperismo’ etc., esses trabalhadores descartáveis pelo desenvolvimento econômico sobrevivem à margem da sociedade que não lhes reconhece a injustiça”. Para a autora, o desafio das sociedades, nesse contexto, é recuperar formas de coesão e solidariedade e tornar o Estado socialmente responsável.

No artigo que conclui esta edição, Paula Pompeu Fiuza Lima examina dois dos principais argumentos utilizados na bibliografia brasileira sobre representação política da sociedade civil: o da representação virtual e o da representação por afinidade. Em “Dilemas e implicações sobre a representação política em espaços participativos”, a autora observa que os dois argumentos apontam “para a tentativa de tirar o foco na autorização e prestação de contas dos representantes e ressaltam a multiplicidade de espaços de representação, participação e controle social que se conectam, permitindo o escrutínio daqueles que falam em nome de outros em espaços decisórios.” Fiuza Lima aponta algumas fragilidades teóricas comuns às duas abordagens. “Uma delas é o uso impreciso do conceito de comunidades de políticas no momento de discutir como pode ocorrer controle dos controladores”, nota a autora, que aponta implicações normativas desdobradas do debate sobre o conceito.

\* \* \*

Esta edição marca a passagem de Política & Sociedade para o estrato B1 em duas áreas do Qualis Capes – Sociologia e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Além disso, permanece classificada como B2 em seis áreas: Economia, Educação, Interdisciplinar, História, Ciência Política e Relações Internacionais, Administração, Ciências Contábeis e Turismo. A revista agradece a contribuição, fundamental para este resultado, de autores, pareceristas, conselheiros e da equipe editorial (especialmente, aos editores anteriores), assim como da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Ary Cesar Minella**  
**Jacques Mick**  
Editores